

1 Introdução

De início, vi-me aos poucos incapaz de comentar temas profundos e gerais, empregando sem vacilar as palavras de que nesses casos as pessoas costumam servir-se. Sentia um mal-estar incompreensível quando tinha de dizer “espírito”, “alma”, “corpo”. Parecia-me impossível opinar sobre os assuntos da corte, sobre o que se passava no Parlamento, e coisas que tais. E não se devia isso a quaisquer escrúpulos de minha parte; minha franqueza, como bem já o sabe, beira a imprudência. É que as palavras abstratas – essas em que a língua precisa confiar para permitir que se manifeste qualquer opinião – esfarelavam-se em minha boca como cogumelos mofados. Um dia, ao repreender minha filha Katharina Pompilia, de quatro anos, por uma mentira infantil que contara, quis orientá-la quanto à necessidade de sempre dizer a verdade, e, ao fazê-lo, os conceitos que me afloraram à boca ganharam um colorido tão iridescente e se confundiram de tal maneira, que, balbuciando, terminei a frase da melhor maneira que pude, e era como se tivesse sido acometido de súbita enfermidade. Com o rosto pálido e sentindo na testa uma violenta pressão, retirei-me, fechei de golpe a porta por trás de mim e só me recobrei inteiramente depois de uma boa cavalgada pelo prado solitário.

Pouco a pouco, no entanto, a tribulação foi-se espreado à maneira da ferrugem, que corrói tudo ao redor. Mesmo nas conversas mais familiares e cotidianas, tornaram-se tão duvidosas as afirmações antes proferidas com sonâmbula ligeireza e segurança, que não pude mais participar de tais conversas. Uma ira inexplicável, que só a duras penas eu ocultava, invadia-me sempre que escutava frases como: este assunto terminou bem ou mal para este ou aquele; o xerife N. não é uma boa pessoa, T é um bom homem; devemos ter compaixão do fazendeiro M, seus filhos são perdulários; o outro é digno de inveja, porque suas filhas são econômicas; uma família está prosperando, a outra está decadente. Tudo isso me parecia de todo indemonstrável, falso e inconsistente. Meu espírito me obrigava a ver com uma proximidade inquietante tudo o que surgia em tais conversas: assim como certa vez em que, examinando a pele de meu dedinho sob uma lente de aumento, percebi-a como um prado repleto de sulcos e buracos, assim também agora ocorria com as pessoas e seus atos. Já não conseguia apreendê-las com a visada simplificadora do costume. Tudo caía aos pedaços, e os pedaços em mais pedaços; nada mais se deixava abarcar pelo conceito. As palavras ilhadas flutuavam ao redor de mim; coalhavam-se em olhos que me encaravam fixamente e dos quais eu não podia desviar meu próprio olhar – eram redemoinhos para mim vertiginosos, girando sem cessar e levando ao vazio.

(Hugo von Hofmannsthal, “Carta de Lord Chandos”)

Contra os gramáticos, tratado sobre a linguagem escrito quase vinte séculos atrás pelo céptico Sexto Empírico, é o objeto de estudo desta tese. Nossa escolha – tomar para exame um dos mais remotos testemunhos do pensamento céptico sobre o fenômeno lingüístico – vem do desejo de contribuir para a compreensão de um cenário contemporâneo no qual a linguagem é recorrentemente posta em dúvida.

O que nos leva a crer que os outros nos compreendem? O que nos leva a crer que os outros não nos compreendem? A linguagem é confiável? Franqueia a compreensão? Perguntas como essas não são de modo algum novas, mas vêm sendo levantadas cada vez menos esporadicamente nas mais diferentes áreas, por vezes as mais díspares.

Essa crise de confiança na linguagem é especialmente saliente na literatura produzida a partir do século XX, e encontra expressão no texto com que se abre esta tese – um fragmento da reconhecida e paradigmática “Carta de Lord Chandos”, publicada em 1902 pelo escritor e dramaturgo austríaco Hugo von Hofmannsthal.

O movimento que se desenha nessa passagem será, em diferentes versões e com diferentes ênfases, discernido na literatura de um sem-número de escritores contemporâneos importantes, entre eles Rilke, Eliot, Yeats, Kafka, Borges, Cortázar, Stevens, Rosa, Lispector, Beckett – a lista poderia continuar e inclui muitos dos nomes que Richard Sheppard reuniu em um artigo aptamente intitulado “The crisis of language” (1976). De Beckett, ouvimos uma síntese do embaraço:

Hamm: Ontem! Que quer dizer isso? Ontem!

Clov (*com violência*): Quer dizer a merda do dia que veio antes desta merda de dia. Uso as palavras que você me ensinou. Se não querem dizer mais nada, me ensine outras. Ou deixe que eu me cale (*Fim de partida*, p. 97).¹

Se a *crise da linguagem* tem visibilidade especial na literatura, também parece claro que alcança diversas outras esferas. No cinema, a *Trilogia da incomunicabilidade* – *A aventura* (1959), *A noite* (1960) e *O eclipse* (1961) –, de Antonioni; *Duas ou três coisas que eu sei dela*, de Godard; *O testamento de Orfeu*, de Cocteau; *Babel*, de Alejandro González-Iñárritu; *Muito além do jardim*, de Ashby; *Afogando em números*, de Greenaway; *Fale com ela*, de Almodóvar são exemplos de filmes que de uma maneira ou de outra põem sob suspeita a eficácia da linguagem e a problematizam em diálogos e jogos de palavras, em determinadas cenas e amiúde na costura da trama

¹ Quando não houver menção em contrário, as traduções são minhas – salvo nos casos de citações cujas obras já foram publicadas em português, como esta.

central. A arte de Richard Morris, René Magritte, Marcel Duchamp; o teatro de Artaud e Ionesco; a música de Schoenberg e John Cage – são ainda alguns outros exemplos, entre muitos outros possíveis, de obras que têm sido reconhecidas como testemunhos da crise da linguagem.

Para além das manifestações artísticas, a suspeita parece igualmente endêmica. Motiva acirradas disputas no campo do Direito (Stone, 2000; Nussbaum, 1994; Derrida, 1992; Fish 1990); da teoria política (Lakoff, 1996); dos estudos culturais (Stuart Hall, 1980); dos estudos da tradução (Carvalho, 2003; Frota, 2003; Britto, 2001); da teoria literária (De Man, 2001; Fish, 2001, 1980; Eco; 2000; Culler, 1993; Fischer, 1989), e assim por diante.

O alcance tão generalizado dessa *crise* pode ser compreendido em parte como irradiação de um movimento vigoroso no campo da filosofia, que desestabilizou a confiança milenar na idéia de que a linguagem é um instrumento objetivo de representação, vetor já discernível nesta emblemática passagem de um de seus precursores mais notáveis:

[O] que se passa com aquelas convenções da linguagem? São talvez frutos do conhecimento, do sentido de verdade? As designações e as coisas se recobrem? É a linguagem a expressão adequada de todas as realidades? Somente por esquecimento pode o homem alguma vez supor que possui uma “verdade” no grau acima designado. [...] Como poderíamos nós, se somente a verdade fosse decisiva na gênese da linguagem, se somente o ponto de vista da certeza fosse decisivo nas designações, como poderíamos no entanto dizer: a pedra é dura: como se para nós esse “dura” fosse conhecido ainda de outro modo, e não somente como uma estimulação inteiramente subjetiva! [...] Acreditamos saber algo das coisas mesmas, se falamos de árvores, cores, neve e flores, e no entanto não possuímos nada mais do que metáforas das coisas, que de modo algum correspondem às entidades de origem (*Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*, Nietzsche [1873]1974, p.55).

A crítica nietzschiana encontrará paralelos, ecos ou contrapartes no pensamento de um conjunto significativo de filósofos contemporâneos, continentais e analíticos, tais como Wittgenstein, Heidegger, Derrida, Austin, Foucault e muitos outros, os quais questionam, de diferentes maneiras, mas de forma igualmente contundente, a compreensão tradicional da linguagem como sistema de representação (Cf. Rorty, 2002; Culler, 1993; Eco, 1993; Taylor, 1992; Williams, 1992). Abalada a crença na linguagem como sistema estrutural autônomo e objetivo que alinha significantes a significados, desestabilizada a certeza de um significado imanente e essencial representado pelo significante, abre-se a possibilidade de um significante deslizante, condenado à deriva.

Essa visão de linguagem pode, então, associar-se à ameaça de que não haja o que possa garantir a compreensão e o entendimento pela linguagem. Ainda que os investimentos anti-representacionistas dos filósofos citados, de um modo geral, não *impliquem* a colocação da linguagem sob suspeita – e que muitas vezes contraponham-se explicitamente a essa suspeita –, não se pode negar que tenham aberto espaço para a proliferação da dúvida sobre a capacidade de significação. O seguinte diálogo travado entre Jacques Derrida e Karl-Otto Apel durante um debate acadêmico nos dá uma medida do vespeiro:

Derrida: A comunicação é impossível.

Apel: Concordo.

Derrida: Então eu me expressei mal.

Um enunciado verbal não é, para Derrida, um lugar apaziguado: não se produz “a não ser na transformação em outro” enunciado – que, por sua vez, só se produz em outro, em um regresso infinito de enunciados insaturados, “rastros de rastros” (2001, p.32). Não há modo de apreendê-lo de um só golpe, nem de domesticá-lo em limites seguros e conhecidos: arredo, o enunciado, como qualquer texto, só revela o (nosso) impossível desejo de dominação. Se é verdade que Derrida insiste que essa deriva é, na prática, estancada por “protocolos de interpretação”, também é verdade que sua necessidade de *defender* seus próprios textos de certas interpretações (por exemplo, solipsistas) dá testemunho de que, no seu caso, esses protocolos são bastante voláteis (2005, s/p). O embaraço de Derrida parece comparecer em outros pensamentos anti-representacionistas.

Por tudo isso não deve ser surpreendente ver essa crise da linguagem não raro associada ao termo *ceticismo*: menos para caracterizar o pensamento anti-representacionista por si, e mais para nomear uma de suas importantes repercussões ou radicalizações, alguns autores vêm recorrendo a esse termo e a outros correlatos. Esses autores não são céticos, mas vêm descrevendo essa tendência contemporânea de desconfiança sobre a linguagem como uma espécie de *ceticismo lingüístico*. Talbot Taylor reconhece na contemporaneidade, por exemplo, a disseminação de um *ceticismo comunicacional*, manifesto em versão *forte* – na negação de que as pessoas comumente se entendem –, ou *fraca* – na suspensão do juízo sobre o problema, diante da falta de justificativa razoável para se aceitar a hipótese do entendimento mútuo (Taylor, 1992, p.20). Em espírito semelhante Martha Nussbaum (1985) fala em *sofística*

contemporânea; Martin Stone (2000) se refere a uma sempre iminente *ameaça cética*; e Michael Fischer (1989), atento à centralidade da noção de *interpretação* nesse contexto, diagnostica a presença de um *ceticismo literário*.

Se podemos reconhecer a insinuação de uma forma particular de ceticismo na filosofia contemporânea, podemos também então nos indagar se não se trata de mais uma manifestação histórica de um pensamento cujas raízes remontam à antiguidade.

É bem verdade que a assim chamada *tradição cética* não se construiu de maneira linear a partir de um marco inicial: são, em vez disso, alguns movimentos de vetor mais ou menos equivalente flagrados ao longo da história do pensamento ocidental que permitem refazer e traçar caminhos de *ceticismos*.²

Reconstruindo-se a tradição cética, podem-se elencar pelo menos dois objetos sobre os quais recai sua desconfiança na história da filosofia: *o mundo exterior*, e *os outros*, tipo de suspeita cuja radicalização, o solipsismo, deixa em aberto a questão sobre a existência de outras mentes. A pergunta que se coloca então é se acaso estaríamos contemporaneamente diante de um novo objeto privilegiado pela dúvida cética – a linguagem. O fato é que parece certo que se constata hoje a existência de certo magnetismo entre o *ceticismo*, por um lado, e a compreensão de linguagem que tem sido caracterizada como *não-representacionista*, por outro.

Sensível a esta correlação, Martha Nussbaum, no artigo “Skepticism about practical reason in literature and the law”, reconhece na desconfiança contemporânea sobre a linguagem uma manifestação inequívoca de ceticismo, mais especificamente a manifestação de um ceticismo *pirrônico*. Um dos argumentos levantados por Nussbaum para sustentar sua idéia repousa no fato de que, em textos de autores como J. Derrida e S. Fish, recorre a estratégia *pirrônica* de apresentar um contra-argumento sempre que qualquer argumentação é defendida. Analogamente, diz ela, diante de duas interpretações contraditórias de um texto, à maneira *pirrônica*, declara-se que ambas têm o mesmo peso e que, portanto, não é possível decidir entre as duas – devendo-se, frente a esse conflito sem solução, *suspender-se o juízo* (1994, p. 724).³

Não sendo o nosso objetivo nesta tese confirmar ou refutar a hipótese aventada por Nussbaum, é certo que a autora abriu caminho para pesquisas no mínimo instigantes

² Ver sobre isso Marcondes (1997).

³ A prática *pirrônica* de confrontar dois argumentos contraditórios mostrando a equidade de suas forças – e, conseqüentemente, a impossibilidade de se decidir entre eles, levando à suspensão do juízo – ficará mais clara no capítulo três, que é todo dedicado ao ceticismo antigo.

ao retornar aos primórdios do pensamento cético em busca de uma compreensão das suspeitas contemporâneas sobre a linguagem. Para além do interesse histórico prometido nesse caminho – compreender como se situam os duvidadores contemporâneos em relação a seus ancestrais mais remotos –, há aí também a promessa de uma melhor compreensão das relações entre ceticismo e linguagem.

O modo particular como este estudo pretende contribuir nessa direção é, retornando também às origens do ceticismo ocidental, investigar um tratado especificamente dedicado à linguagem, de autoria daquele que é nossa melhor fonte do ceticismo pirrônico: analisar *Contra os gramáticos*, de Sexto Empírico.

Dada a natureza desse tratado – todo ele contrário à construção de discursos teóricos sobre a linguagem –, a relevância do estudo aqui proposto está não apenas em seu potencial para iluminar as relações entre ceticismo e linguagem e para colaborar em uma história das idéias lingüísticas, mas também no que pode oferecer para se pensar a questão central da possibilidade da metalinguagem. Com esse horizonte de contribuições, esta tese tem em seu norte as seguintes perguntas: (i) Que perspectiva(s) de linguagem informa(m) os argumentos de Sexto Empírico em seu tratado *Contra os gramáticos*? e (ii) Sob que aspectos da linguagem a dúvida cética recai nesse tratado?

Para tentar responder à questão (i) tomamos como referência as concepções de linguagem que inflamaram o debate filosófico desde a tão falada *virada lingüística*, o embate entre uma visão radicalmente *pragmática* da linguagem, e seu oposto, a tradicional visão *representacionalista*. Reconhecendo que a contenda adquire inflexões substantivamente distintas conforme os autores que se tenha em mente, optamos aqui por tomar como referência mais específica a manifestação do referido antagonismo na filosofia de L. Wittgenstein – levando em conta sobretudo os interlocutores que dialogam em suas *Investigações filosóficas*.

Se, por conta desta estratégia, um trabalho como este, em que se pretende analisar que concepções de linguagem servem como pano de fundo para as argumentações de Sexto Empírico em *Contra os gramáticos*, estará fadado ao anacronismo, dizemos de antemão que este será conscientemente praticado – se estamos investigando esse tratado, é a partir de formas contemporâneas de compreender os discursos teóricos sobre a linguagem.

Assim orientado, este estudo se desenvolve com os seguintes objetivos:

– Analisar as reflexões desenvolvidas por Sexto Empírico sobre a linguagem e sobre a possibilidade de uma metalinguagem em *Contra os gramáticos*, por duas vias, a saber: (a) de um ponto de vista interno, buscando identificar o(s) tipo(s) de perspectiva(s) de linguagem ali favorecida(s); e (b) de um ponto de vista externo, buscando compreender como se situam tais reflexões em relação às considerações que Sexto faz sobre a linguagem em seus demais tratados;

– Analisar as reflexões de Sexto Empírico sobre a linguagem em *Contra os gramáticos*, tendo em vista aspectos fundamentais do ideário pirrônico, investigando notadamente a relação entre *linguagem comum* e *vida comum*.

Julgamos conveniente ressaltar de saída que não esperamos extrair do tratado em exame qualquer *doutrina* sobre a linguagem, o que seria insensato, considerando-se a explícita preocupação do cético em se afastar de todo tipo de dogmatismo doutrinário. Parece-nos incontestável, contudo, que as considerações de Sexto Empírico sobre a linguagem devem partir de *algum* ponto de vista – foi nosso interesse aqui caracterizá-lo.

Uma primeira tese que pretendemos demonstrar é que convivem na trama argumentativa de *Contra os gramáticos* duas proto-imagens da linguagem, associáveis respectivamente ao representacionalismo e ao pragmatismo. Isso equivale a dizer que o antagonismo que contemporaneamente constatamos e que se revela nas diferentes maneiras de condução dos estudos da linguagem manifesta-se, ainda que de maneira esboçada, no mesmo tratado *Contra os gramáticos*. Mostraremos mais especificamente que tais proto-imagens têm paralelo naquelas perspectivas de linguagem que, muitos séculos depois, se opõem nas *Investigações filosóficas*, de Wittgenstein.

A segunda tese defendida neste trabalho é que, em *Contra os gramáticos*, a dúvida cética incide sobre a idéia de uma ordem intrínseca à linguagem, mas não sobre as suas virtudes práticas, cotidianas. Mostraremos que a noção de *linguagem comum*, central em *Contra os gramáticos*, tem ali um status de *solução*.

Defenderemos, por fim, a idéia de que uma análise da mesma noção de *linguagem comum* nas outras obras de Sexto Empírico desestabiliza tal condição, na medida em que essa linguagem comum passa então a receber cuidados e a despertar escrúpulos sugestivos de que pode ser ao mesmo tempo *solução* e *problema*.

Resumidamente, a tese é assim estruturada. No capítulo dois, apresentaremos, em seus aspectos mais relevantes para este estudo, o ponto de vista teórico de que ele parte – a saber, a perspectiva wittgensteiniana. O capítulo não se dedica tão-somente, contudo, a apresentar essa perspectiva. Confere igual espaço à visão que se lhe opõe,

aquela que Wittgenstein se empenha não apenas em atacar, mas também em caracterizar. Isso porque, como se disse, serão as perspectivas em tensão nas *Investigações filosóficas* que funcionarão como objeto de comparação nesta tese. No capítulo três nos dedicaremos a um exame mais apurado do ceticismo antigo, uma vez que o esclarecimento do ideário pirrônico é fundamental para se entender *Contra os gramáticos*. Ainda com vistas a permitir uma análise mais circunstanciada desse tratado, faremos no quarto capítulo uma investigação das linhas mestras do pensamento de Sexto Empírico sobre a linguagem, considerando outras ocasiões em que ele dedica a ela as suas reflexões, notadamente em *Hipotiposes pirrônicas* e em *Contra os lógicos*. O capítulo cinco será dedicado à análise interna de *Contra os gramáticos*, compreendendo um estudo minucioso da obra. No sexto capítulo desta tese objetivamos levantar e discutir as ocorrências nas demais obras de Sexto Empírico daquela que é a noção central encontrada em *Contra os gramáticos*, a concepção de *linguagem comum*, além de analisá-la à luz da perspectiva wittgensteiniana de linguagem. Isso permitirá vermos por que e em que termos estamos caracterizando as proto-imagens como representacionista e pragmática de linguagem em Sexto Empírico.